



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008075-70.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Rafael Henrique Guerfe**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISIO**

Vistos etc.

OMNI S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO promove ação de busca e apreensão contra **RAFAEL HENRIQUE GUERFE**, ambos qualificados nos autos, alegando, em síntese, que as partes firmaram um contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária do veículo identificado na inicial, mas o réu deixou de pagar as prestações vencidas a partir de março de 2015, sendo constituído em mora mediante o protesto do título. Requer, com base no Decreto-lei nº 911/69 e alterações posteriores, a busca e apreensão do veículo, consolidando sua posse em sentença e condenando o requerido nos ônus da sucumbência. Instrui a inicial com documentos.

Deferida e executada a liminar, o réu foi citado e não ofereceu resposta, o que motivou a autora a reiterar o seu pedido inicial.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.

1. A lide comporta julgamento de plano nos termos do Decreto-lei nº 911/69.
2. Ausente a resposta e inexistente a purgação da mora, presumem-se verdadeiras as alegações formuladas pela financeira autora (artigo 344 do Código de Processo Civil).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não bastasse isto, a inicial veio acompanhada de documentos que comprovam o inadimplemento do réu em relação às obrigações contratuais que assumiu, garantidas mediante a alienação fiduciária do bem apreendido, bem ainda a sua mora, caracterizada pelo vencimento do prazo para pagamento e protesto do título.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** esta ação e o faço para declarar rescindido o contrato e consolidar nas mãos da financeira autora o domínio e a posse plena e exclusiva do bem alienado, cuja apreensão liminar torno definitiva. Levante-se o depósito judicial, facultada a venda pela autora.

Cumpra-se o disposto no § 1º do artigo 3º do mencionado Decreto, e comunique-se ao órgão de trânsito que a autora está autorizada a proceder a transferência do bem a terceiro que indicar.

Condene o réu no reembolso das custas e despesas processuais suportadas pela requerente e no pagamento dos honorários advocatícios do patrono adverso, estes fixados em R\$ 800,00 (artigo 85, § 2º, I, II, III e IV, e § 8º do CPC).

P.I.

Araraquara, 05 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**